

OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE

2017



OPTIMIZE

Investment Partners

Índice

1	Relatório de Gestão	3
1.1	Enquadramento geral da atividade em 2017	4
1.2	Aspetos mais salientes da atividade em 2017.....	11
1.3	Contas 2017	14
2	Demonstrações Financeiras	17
2.1	Balanço	18
2.2	Demonstração dos Resultados.....	19
2.3	Demonstração de Rendimento Integral	20
2.4	Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	21
2.5	Demonstração de Alterações no Capital Próprio.....	22
3	Anexos.....	23
3.1	Anexo ao Relatório de Gestão.....	24
3.2	Anexo às Demonstrações Financeiras.....	26
4	Certificação Legal das Contas.....	41

| 1 RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 Enquadramento geral da atividade em 2017

MERCADOS FINANCEIROS EM 2017

ECONOMIA MUNDIAL: MOVIMENTO DE INVERSÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS ACOMODATÍCIAS

O ano de 2017 pautou-se por performances bem positivas na generalidade das classes de ativos pelas várias regiões do globo. Este desempenho foi guiado pelos excelentes dados macroeconómicos, bons resultados empresariais e pela mitigação de riscos políticos em algumas regiões, nomeadamente no pós-Brexit e eleição do D. Trump assim como aos escrutínios franceses e alemães. Os dados macroeconómicos acabaram por imperar no comportamento dos investidores e reduzir os impactos políticos vindos de 2016. Para 2018, acreditamos que a atual conjuntura irá permitir um bom desempenho dos mercados financeiros embora venha a exigir um maior critério da seleção de ativos. Como temas dominantes, vamos ter os dados de inflação nos principais mercados desenvolvidos. Caso atinjam os níveis pretendidos, deverá acelerar o processo de reversão das políticas monetárias expansionistas por parte dos principais bancos centrais. Nos EUA, após as 3 subidas de 2017, a FED irá continuar a sua política de retirada de estímulos ao subir a sua taxa diretora provavelmente entre 2 a 3 vezes ao longo do ano de 2018. Na Europa, o processo de retirada de estímulos promovido pelo BCE está ainda no início, sendo que a redução do plano de compras mensais de ativos foi reduzida de 60M€ para 30M€ para o período de janeiro a setembro de 2018. É o mote para o início do ciclo de subidas da taxa diretora que deverá acontecer entre o final deste ano ou início do próximo. Ainda em contraciclo das entidades homólogas, a política monetária nipónica indicia prosseguir expansionista. Os seus decisores políticos vão continuar a pressionar a inflação com estímulos fiscais, promovendo a criação de emprego e subida salarial para fomentar o consumo. Os mercados emergentes deverão dar continuidade às excelentes performances do ano passado impulsionados pela depreciação do dólar, pela maior preponderância do setor tecnológico neste mercado e recuperação de algumas commodities.

AÇÕES: CRITERIOSIDADE NA SELEÇÃO DE ATIVOS

Os mercados de ações tiveram em 2017 um comportamento bastante positivo com a volatilidade apresentar níveis extremamente baixos, com os dados macroeconómicos a absorverem os impactos negativos, nomeadamente dos avanços e recuos da aprovação da agenda política da administração americana liderada por D. Trump e das tensões geo-políticas promovidos pelo regime norte coreano liderado por Kim Jong-un através de emissões de novos ensaios balísticos.

Após um ano em que os principais índices de ações europeias registaram variações entre 6.5% e 15% e os homólogos americanos assinalaram performances entre 19% e 28%, acreditamos que o otimismo irá perdurar impulsionada pela robustez dos principais dados macroeconómicos, nomeadamente no que concerne aos dados de crescimento, da manufatura e do emprego. No Japão, o índice de ações apresentou uma performance de 19%, onde o destaque foi para a re-eleição do primeiro ministro japonês com maioria parlamentar permitindo a estabilidade necessária para levar avante os seus planos para a reforma fiscal. Nos EUA, a redução considerável da taxa de imposto sobre as empresas americanas deverá entusiasmar os investidores. Na Europa, apesar da imprevisibilidade do próximo escrutínio italiano, os dados macro e empresariais deverão dar continuidade ao otimismo evidenciado no ano transato. Os mercados emergentes assinalaram um ano bastante positivo, com performances atingindo os 34% impulsionados pela conjuntura favorável nestas regiões, a expectativa é que prossigam com o mesmo ritmo ao longo do próximo ano.

Apesar do contexto desafiante em que muitos títulos e setores apresentam valorizações elevadas, recorrendo a uma seleção mais criteriosa, encontramos algumas oportunidades de investimento. Concretamente, no setor financeiro pela expectável subida de taxas de juros, no setor tecnológico pela capacidade disruptiva na agregação de bens e serviços tradicionalmente fornecidos por outros setores e na indústria automóvel pela prudência no nosso entendimento excessiva, à capacidade dos seus players em adaptarem-se aos desafios de transformação elétrica e de automação.

OBRIGAÇÕES: FINALMENTE A INVERSÃO NOS MERCADOS DE TAXAS

Ao longo dos últimos anos, os principais decisores monetários centraram os seus esforços em contrariar as taxas de inflação reduzidas e até negativas com “munições” nunca antes utilizadas, nomeadamente através de um enorme plano de compras de ativos, redução das taxas de juro diretoras para valores mínimos e com taxas de depósito atingirem níveis negativos. O ano 2017, já vislumbrou a luz ao fundo do túnel, com os dados macroeconómicos a indicarem que a inflação atinja a breve trecho os níveis pretendidos. Assim, os mercados começaram a antecipar esta tendência verificando-se subidas das yields nas emissões de Investment Grade em euros e dólares. Apesar da pressão sobre esta categoria de obrigações, não é alastrada às emissões High Yield e à generalidade da dívida emergente. Registou-se, portanto uma redução do spread das dívidas de elevado rendimento sobre as emissões de alta qualidade. As obrigações alemãs a 10 anos terminaram o ano com um rendimento de 0.42%, as congéneres americanas, estando mais avançadas no processo de reversão, terminaram o ano com uma yield de 2.4%. Esta tendência de subida das yields deverá aumentar ao longo do ano de 2018. A dívida portuguesa destaca-se ao contrariar toda esta conjuntura devido ao upgrade promovido pela S&P em setembro para BBB- e pela Fitch em Dezembro para BBB. Contribuiu para uma redução da yield a 10 anos em 183 pontos base ao longo do último ano para 1.9%.

O ano de 2018 deverá continuar com o mesmo ritmo, no entanto encontramos oportunidades de investimento em dívida High Yield, na generalidade da dívida emergente e na dívida subordinada.

MATÉRIAS-PRIMAS: NOVO ANO POSITIVO

As matérias-primas registaram um ano extremamente positivo, dando continuidade às boas performances registadas em 2016. O grande destaque vai para o excelente comportamento do Cobre ao apresentar uma valorização de 32%. Esta performance deve-se à forte procura sobre esta matéria-prima essencial na indústria eletrónica.

DIVISAS: FORTALECIMENTO DO EURO

No último ano, o Euro apreciou-se significativamente face aos principais pares cambiais. Período marcado pela diminuição de riscos políticos proporcionado pela vitória da europeísta E. Macron nas eleições francesas. Adicionalmente, a robustez dos dados económicos permitiu reforçar os números do crescimento da região. Por outro lado, nos EUA assistiu-se ao longo do último ano, a uma instabilidade política, nomeadamente na implementação das medidas constantes na agenda política da administração liderada por D. Trump.

CONCLUSÃO

2017 foi um bom ano para a gestão de ativos num contexto de volatilidade extremamente baixa, com os riscos políticos mitigados no decorrer do ano onde o destaque positivo foi para o setor tecnológico e o negativo para o setor petrolífero. O tema da reversão das políticas expansionistas foi naturalmente a tônica dominante.

Para 2018 os dados macroeconómicos apresentam uma robustez ímpar espelhadas pelas taxas de crescimento do PIB, dados do emprego e pelo otimismo dos resultados empresariais. As atenções vão estar centradas nos dados da inflação e nas decisões dos principais bancos centrais, onde é expectável que as reduções dos estímulos vão sendo introduzidas ao ritmo da capacidade que o mercado irá demonstrar para as absorver e nunca de uma forma abrupta.

Existem, no entanto, várias incertezas que poderão levar a períodos de volatilidade nos mercados:

- Redução da Liquidez por parte dos Bancos Centrais, a FED começou a reduzir o seu balanço no final do último ano. O BCE poderá começar a iniciar a redução do seu balanço no último trimestre do ano.
- Intensificação das tensões geopolíticas com a Coreia do Norte, o regime de Pyongyang pautou por um comportamento desafiante perante as reivindicações externas na intenção de suspensão dos seus ensaios balísticos. Kim Jong-un tem se manifestado insensível a todas os avisos dos principais governos do globo, tendo o próprio D. Trump prometido uma reação com “fogo e fúria”.
- Tensões comerciais entre a União Europeia e a Grã-Bretanha num contexto de negociação das condições do Brexit, e entre os Estados-Unidos e os seus principais parceiros comerciais (México, China, Alemanha, ...).

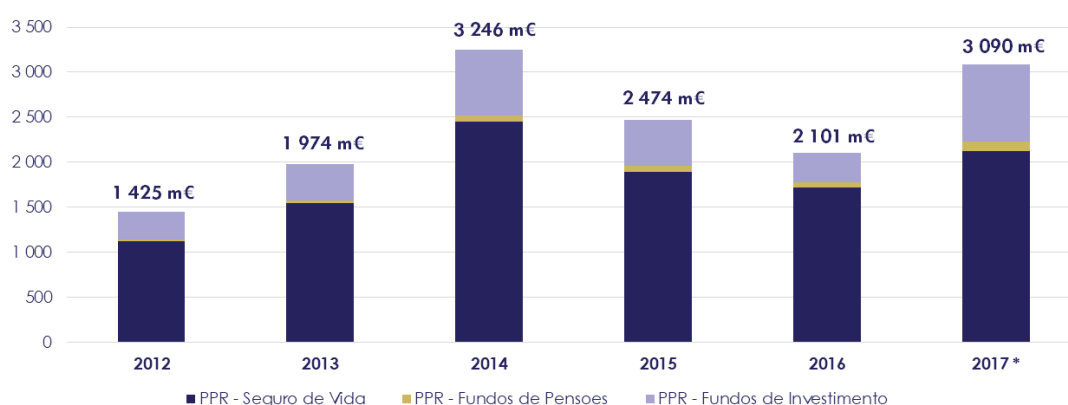
O MERCADO DOS PLANOS POUPANÇA REFORMA EM 2017

EVOLUÇÃO DO MERCADO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

No ano de 2017, a produção global de Planos Poupança Reforma, a qual contempla as subscrições em fundos PPR bem como as contribuições em fundos de pensões PPR e os prémios em seguros PPR, aumentou de 47% face ao ano anterior, sem no entanto atingir o nível recorde de 2014. Representou, no ano, um fluxo líquido 3 090 milhões de euros.

A quota da produção anual oriunda da indústria dos fundos de investimento mobiliário foi particularmente alta este ano, com um valor de 28%, acima da média de 22% constatada nos últimos 5 anos. Tal evolução pode explicar-se pelas fortes disparidades entre as taxas de rentabilidade dos últimos anos entre os fundos PPR e os seguros PPR.

PRODUÇÃO DE PPR –2012-2017



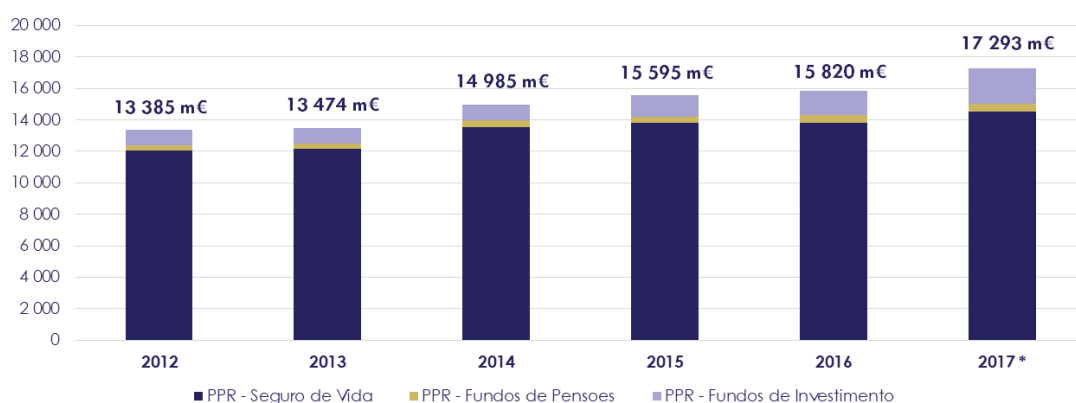
	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
PPR - Seguro de Vida	1 122	1 548	2 454	1 897	1 715	2 127
PPR - Fundos de Pensões	20	27	67	68	58	102
PPR - Fundos de Investimento	311	399	726	510	327	860
PRODUÇÃO	1 452	1 974	3 246	2 474	2 101	3 090

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e APFIPP - * Dados 2017: projeções Optimiz

Em termos de ativos sob gestão, o mercado dos Planos Poupança Reforma atingiu em 2017 o nível recorde de 17 293 milhões de euros, dos quais:

- 84% (14 522 m€) em seguros PPR
- 3% (491 m€) em fundos de pensões PPR
- 13% (2 279 m€) em fundos de investimento mobiliário PPR

ACTIVOS GERIDOS PPR –2012-2017



	2012	2013	2014	2015	2016	2017 *
PPR - Seguro de Vida	12 052	12 148	13 558	13 789	13 837	14 522
PPR - Fundos de Pensões	353	365	421	425	446	491
PPR - Fundos de Investimento	980	961	1 006	1 381	1 537	2 279
ATIVOS SOB GESTÃO	13 385	13 474	14 985	15 595	15 820	17 293

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte ASF e CMVM - * Dados 2017: projeções Optimize

RENTABILIDADE DOS FUNDOS PPR NOS ÚLTIMOS 5 ANOS

Em 2017, destacaram-se os fundos geridos pela Optimize Investment Partners, que ocupam os primeiros lugares das suas categorias nos últimos 36 e 60 meses, em 29 de Dezembro:

29 de Dezembro de 2017		Rentabilidade Anualizada		
Nome		12 Meses	36 Meses	60 Meses
Risco 2				
F.I.M. Santander Poupança Prudente FPR		1,41	1,05	2,19
F.I.M. BPI Reforma Segura PPR		0,63	0,57	1,59
F.P. BBVA Prudente PPR		-0,98	-0,63	0,56
F.I.M. Bankinter PPR Obrigações		0,88	0,42	0,50
F.P. PPR Praemium S		-0,84	-0,60	-0,42
Risco 3				
F.P. PPR Vintage (+)		4,41	2,10	3,79
F.P. PPR 5 Estrelas		6,61	2,57	3,78
F.P. PPR Europa		2,16	1,76	3,08
F.I.M. IMGA Poupança PPR		2,68	1,61	2,85
F.I.M. Santander Poupança Valorização FPR		1,35	1,34	2,73
F.P. CVI PPR		1,65	1,44	2,59
F.P. PPR Garantia de Futuro (+)		2,99	1,11	2,49
F.P. Vanguarda PPR		1,25	1,20	2,36
F.P. PPR BNU Vanguarda		1,19	1,29	2,28
F.P. BBVA Equilibrado PPR		0,95	0,62	1,75
F.P. BPI Vida - PPR		0,89	0,17	1,64
F.I.M. BPI Reforma Investim. PPR		1,58	0,52	1,43
F.P. PPR SGF Garantido (+)		1,52	1,08	1,31
F.P. SGF Patr. Ref. Prudente PPR		1,81	-0,06	1,09
F.P. SGF Patr. Ref. Conservador PPR		0,50	-0,89	0,28
F.I.M. Bankinter PPR 20		2,23	0,42	
Risco 4				
F.I.M. NB PPR		9,29	6,26	6,96
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Acções		5,69	4,50	6,03
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Moderado		2,98	2,95	4,64
F.P. PPR Platinum		8,23	3,17	4,52
F.P. PPR Geração Activa		6,89	2,79	4,27
F.I.M. Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado		3,39	3,15	4,07
F.P. PPR SGF Acções Dinâmico		3,90	4,01	3,73
F.P. PPR Praemium V		3,30	2,53	3,61
F.I.M. IMGA Investimento PPR Acções		4,04	1,55	3,59
F.I.M. Bankinter PPR Acções 55		5,73	2,22	3,34
F.P. BBVA Dinâmico PPR Acções		1,79	1,52	3,19
F.P. SGF Patr. Ref. Acções PPR		5,34	2,64	2,88
F.I.M. BPI Reforma Acções PPR		6,40	1,65	2,49
F.P. SGF Patr. Ref. Equilibrado PPR		2,87	0,67	1,32
F.P. PPR BIG Taxa Plus		8,76	3,95	
F.P. PPR BIG ACÇÕES ALPHA		3,31	1,67	
F.I.M. Bankinter PPR 35		3,22		
F.P. PPR SGF STOIK Acções		1,95		

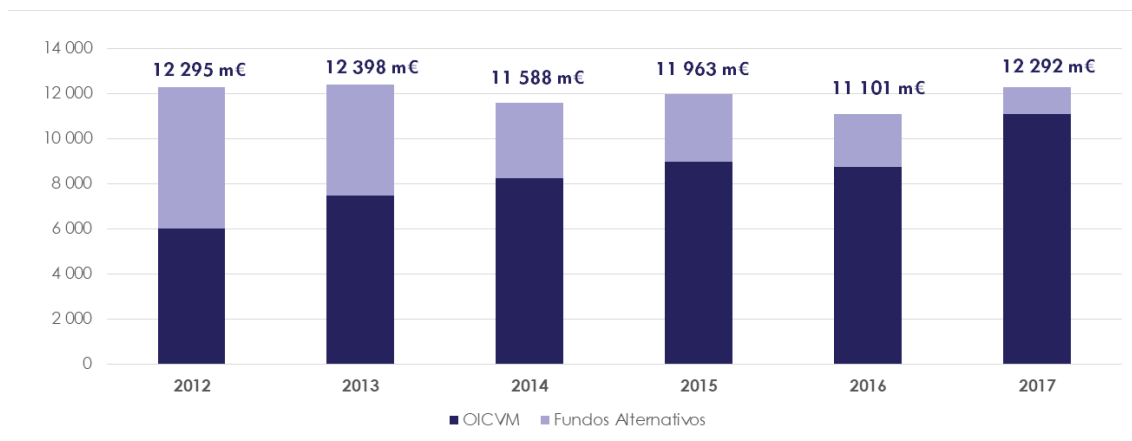
Rentabilidades anualizadas em 29 de Dezembro de 2017 - Fonte APFIPP

O MERCADO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO EM 2017

No ano de 2017, o mercado Português dos Fundos de Investimento Mobiliário registou um aumento do valor dos ativos sob gestão, cujo total voltou aos níveis de 2012 / 2013. Essa evolução deveu-se a dois fatores:

- Uma evolução favorável dos mercados financeiros, valorizando assim mecanicamente as carteiras dos fundos
- O regresso a um saldo positivo de subscrições líquidas, desde Abril de 2017, segundo as estatísticas da APFIPP

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



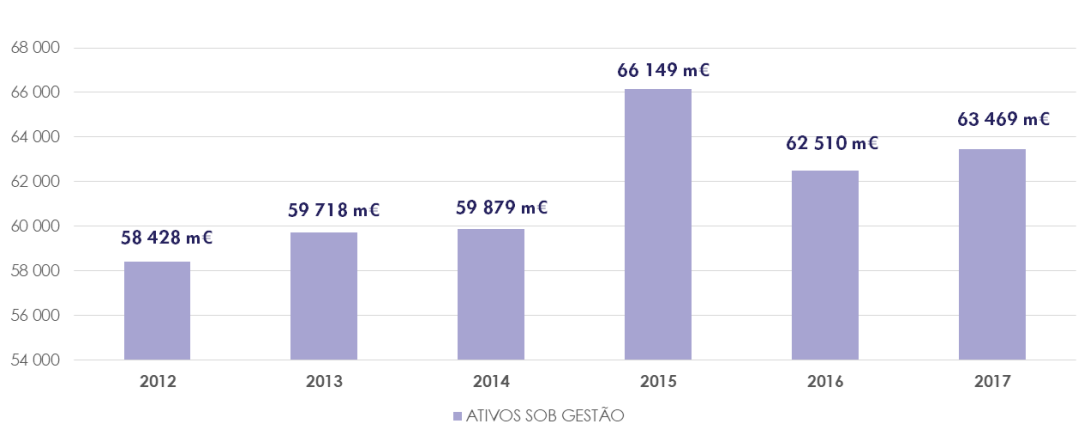
	2012	2013	2014	2015	2016	2017
OICVM	6 001	7 471	8 226	8 959	8 745	11 107
Fundos Alternativos	6 294	4 927	3 362	3 004	2 356	1 185
TOTAL FUNDOS	12 295	12 398	11 588	11 963	11 101	12 292

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

O MERCADO DA GESTÃO DE PATRIMÓNIOS EM 2017

Em 2017, ao invés do que sucedeu no ano anterior, os ativos sob gestão por conta de outrem (gestão individual) registaram um aumento ligeiro, de 2% face ao ano anterior. A indústria da Gestão de Patrimónios em Portugal acompanhou assim a evolução favorável dos mercados financeiros.

GESTÃO DISCRICIONÁRIA – ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nº Carteiras Geridas	29 656	17 599	19 945	15 596	15 581	12 821
ATIVOS SOB GESTÃO	58 428	59 718	59 879	66 149	62 510	63 469

Valores em 31 de Dezembro, em milhões de euros - Fonte CMVM

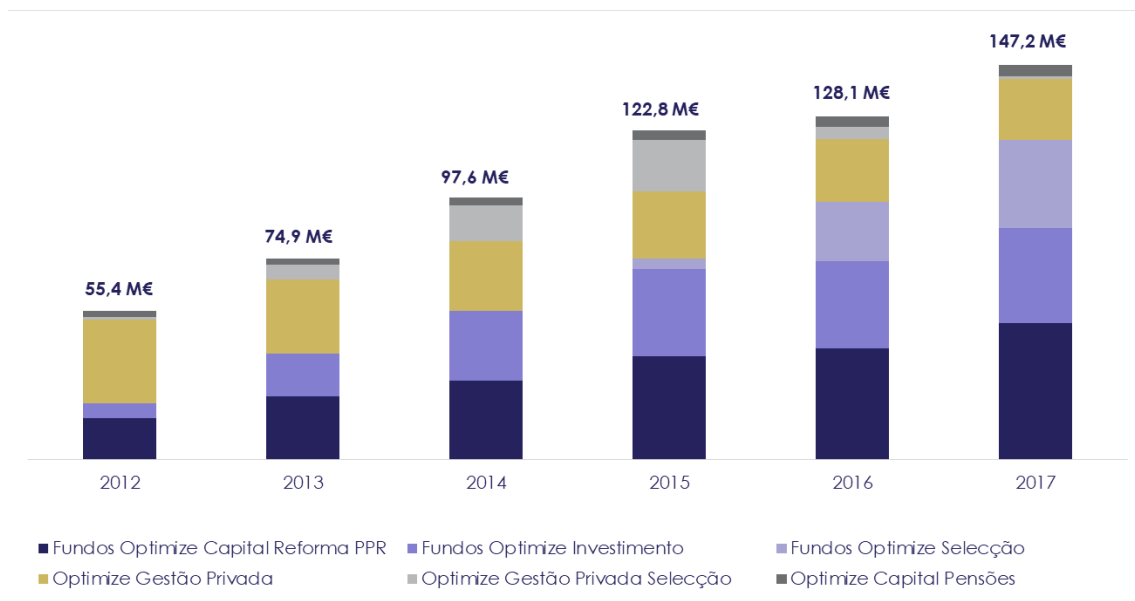
1.2 Aspetos mais salientes da atividade em 2017

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

EVOLUÇÃO DOS ACTIVOS GERIDOS

Em 2017, os ativos geridos pela Optimize Investment Partners registaram uma evolução de +15%, subindo de 128,1 m€ a 31 de Dezembro de 2016 para 147,2 m€ a 31 de Dezembro de 2017.

ACTIVOS SOB GESTÃO – 2012-2017



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	15 347 795	23 403 678	29 170 920	38 553 977	41 344 818	50 745 228
Fundos Optimize Investimento	5 538 763	16 032 363	26 132 371	32 552 923	32 685 097	35 651 054
Fundos Optimize Selecção	0	0	0	3 815 574	22 181 753	32 723 585
TOTAL FUNDOS	20 886 557	39 436 041	55 303 290	74 922 474	96 211 669	119 119 866
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	31 081 269	27 568 722	26 028 906	25 053 268	23 169 616	22 741 322
Optimize Gestão Privada Selecção	1 257 813	5 471 550	13 448 521	19 077 532	4 667 518	993 612
Optimize Capital Pensões	2 200 582	2 379 558	2 862 947	3 737 161	4 029 813	4 302 680
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	34 539 664	35 419 830	42 340 374	47 867 961	31 866 948	28 037 614
TOTAL	55 426 221	74 855 871	97 643 665	122 790 434	128 078 617	147 157 480

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners

Relativamente ao Plano de Atividade 2017-2021 apresentado em Assembleia Geral no ano passado, o objetivo de ativos sob gestão foi ultrapassado, ficando além dos valores previsionais em 4,3%, devido tanto à valorização dos ativos sob gestão no decorrer do exercício que à produção líquida do ano.

ACTIVOS SOB GESTÃO 2017 – PREVISIONAL / REAL

	REAL	PREVISIONAL	DELTA
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO			
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	50 745 228	47 352 655	7,2%
Fundos Optimize Investimento	35 651 054	35 822 409	-0,5%
Fundos Optimize Selecção	32 723 585	28 125 388	16,3%
TOTAL FUNDOS	119 119 866	111 300 452	7,0%
GESTÃO DE CARTEIRAS			
Optimize Gestão Privada	22 741 322	24 633 009	-7,7%
Optimize Gestão Privada Selecção	993 612	760 869	30,6%
Optimize Capital Pensões	4 302 680	4 433 409	-2,9%
TOTAL GESTÃO DE CARTEIRAS	28 037 614	29 827 286	-6,0%
TOTAL	147 157 480	141 127 738	4,3%

Valores em 31 de Dezembro, em euros - Fonte Optimize Investment Partners – Previsional: cenário agressivo

PERFORMANCE DOS FUNDOS

TABELA DE PERFORMANCE DOS FUNDOS GERIDOS PELA OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS EM 2017

Fundo	2017	DESDE INÍCIO / ANO	INÍCIO
Optimize Capital Reforma PPR Acções	5,70%	5,00%	25/09/2008
Optimize Capital Reforma PPR Equilibrado	3,40%	4,50%	25/09/2008
Optimize Capital reforma PPR Moderado	3,00%	4,30%	19/08/2010
Optimize Investimento Activo	10,00%	5,80%	24/11/2008
Optimize Europa Valor	8,70%	5,00%	31/12/2010
Optimize Europa Obrigações	2,70%	5,30%	01/07/2013
Optimize Selecção Agressiva	9,20%	6,50%	02/11/2015
Optimize Selecção Base	4,90%	3,80%	02/11/2015
Optimize Selecção Defensiva	2,10%	1,60%	02/11/2015

Em 2017, todos os fundos históricos geridos pela Optimize Investment Partners obtiveram rentabilidades positivas. Todos registaram ainda muito boas performances desde a sua criação.

O fundo Optimize Europa Valor foi premiado pela Morningstar, em 2016 e 2017 na categoria “melhor fundo nacional de ações europeias”.

O fundo Optimize Investimento Activo foi premiado pela APFIPP / Jornal de Negócios em 2017 na categoria “melhor fundo flexível”.

Salienta-se ainda que os fundos PPR geridos pela Optimize Investment Partners continuam entre os melhores fundos PPR do mercado pelas performances nas suas respetivas categorias (ver quadro página 8).

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO

Durante o ano de 2017, a produção líquida atingiu 12 721 529€, representando um regresso a níveis comparáveis com a média dos últimos anos, após um ano de 2016 muito fraco.

A produção líquida foi liderada pelas gamas Optimize Capital Reforma PPR (+7 322 680€) e Optimize Selecção (+5 085 088€).

PRODUÇÃO – 2012-2017

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO						
Fundos Optimize Capital Reforma PPR	1 640 733	6 658 497	4 367 688	6 433 654	1 670 415	7 322 680
	<i>3 404 808</i>	<i>8 174 679</i>	<i>7 186 039</i>	<i>9 989 988</i>	<i>5 130 632</i>	<i>9 531 505</i>
Fundos Optimize Investimento	-2 492 923	3 869 099	6 894 795	2 362 742	-664 073	1 157 916
	<i>1 391 854</i>	<i>4 263 445</i>	<i>8 402 514</i>	<i>4 200 548</i>	<i>1 687 620</i>	<i>3 181 856</i>
Fundos Optimize Selecção	0	0	0	909 555	3 259 774	5 085 088
	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>906 096</i>	<i>4 549 713</i>	<i>7 111 339</i>
TOTAL FUNDOS	-852 190	10 527 596	11 262 482	9 705 951	4 266 117	13 565 684
	<i>4 796 662</i>	<i>12 438 124</i>	<i>15 588 554</i>	<i>15 096 632</i>	<i>11 367 966</i>	<i>19 824 699</i>
GESTÃO DE CARTEIRAS						
Optimize Gestão Privada	3 606 755	-3 645 905	-3 647 062	-625 050	-2 235 611	-766 850
	<i>22 333 908</i>	<i>6 638 194</i>	<i>4 368 490</i>	<i>1 200 959</i>	<i>453 676</i>	<i>1 284 376</i>
Optimize Gestão Privada Selecção	1 240 276	3 903 801	6 981 936	8 465 398	-545 251	-169 004
	<i>1 240 584</i>	<i>4 068 433</i>	<i>7 333 986</i>	<i>9 437 475</i>	<i>234 085</i>	<i>4 952</i>
Optimize Capital Pensões	38 709	1 336	278 780	703 247	145 509	91 698
	<i>113 157</i>	<i>96 186</i>	<i>610 708</i>	<i>817 963</i>	<i>307 656</i>	<i>363 642</i>
TOTAL GESTÃO PRIVADA	4 885 740	259 232	3 613 654	8 543 595	-2 635 353	-844 155
	<i>23 687 649</i>	<i>10 802 813</i>	<i>12 313 184</i>	<i>11 456 396</i>	<i>995 417</i>	<i>1 652 970</i>
TOTAL	4 033 550	10 786 828	14 876 136	18 249 545	1 630 764	12 721 529
	<i>28 484 311</i>	<i>23 240 937</i>	<i>27 901 737</i>	<i>26 553 028</i>	<i>12 363 383</i>	<i>21 477 669</i>

Valores em 31 de Dezembro, em euros. Valores Líquidos. Valores Ilíquidos em itálicos.

PERSPETIVAS PARA 2018

Em 2018, a Optimize Investment Partners entende continuar a dinamizar a sua produção através de canais digitais, campanhas online e nas redes sociais.

1.3 Contas 2017

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA realizou em 2017 um Produto Bancário de 1 533 531,41€, e um resultado antes de impostos de 501 793,90€. O resultado líquido do ano de 377 689,13€.

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	2017	2016
Juros e rendimentos similares	5 613,69 €	5 610,31 €
Juros e encargos similares	762,70 €	- 1 872,40 €
Margem Financeira	4 850,99 €	3 737,91 €
Rendimentos de serviços e comissões	1 943 857,87 €	1 603 087,46 €
Encargos com serviços e comissões	389 134,55 €	281 798,04 €
Resultados de ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
Resultados de reavaliação cambial	-13,45 €	-540,33 €
Outros resultados de exploração	-26 029,45 €	9 054,01 €
Produto bancário	1 533 531,41 €	1 333 541,01 €
Custos com pessoal	672 516,45 €	614 330,68 €
Gastos gerais administrativos	331 117,44 €	315 408,80 €
Amortizações do exercício	30 538,62 €	33 559,69 €
Provisões líquidas de reposições e anulações	-2 435,00 €	176,00 €
Resultado antes de impostos	501 793,90 €	370 065,84 €
Impostos Correntes	124 104,77 €	90 828,14 €
Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €
Resultado após impostos	377 689,13 €	279 237,70 €

O resultado antes de impostos do exercício é positivo pelo quinto ano consecutivo, em progressão de 35% face ao exercício de 2016 e ligeiramente superior às previsões que apontavam para um resultado de 497 498,00€.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 2017 – PREVISIONAL E REAL

	Real 2017	Previsional 2017
Comissões de Gestão	1 943 857,87 €	1 874 299,00 €
Produto Financeiro	4 850,99 €	6 206,00 €
Outros Rendimentos	0,00 €	15 000,00 €
Rendimentos	1 948 708,86 €	1 895 505,00 €
Custos com Distribuição	389 134,55 €	368 778,00 €
Custos com pessoal	672 516,45 €	657 330,00 €
Gastos gerais administrativos	331 117,44 €	299 200,00 €
Amortizações do exercício	30 538,62 €	33 800,00 €
Outros Custos	23 607,90 €	38 900,00 €
Total Custos	1 446 914,96 €	1 398 008,00 €
Resultado	501 793,90 €	497 498,00 €
Impostos	124 104,77 €	121 937,00 €
Impostos Diferidos	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido	377 689,13€	375 561,00 €

Previsional: cenário agressivo

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

A empresa dispunha no final de 2017 de uma tesouraria de 989 604,30€.

TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO

	2017	2016
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	70,31 €	77,06 €
Disponibilidades em outras instituições de crédito	989 533,99 €	847 135,28 €
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Tesouraria Total	989 604,30 €	847 212,34 €

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, de 377 689,13€, seja aplicado da seguinte forma:

- 37 768,91€ (ou seja 10%) para Reserva Legal
- 339 920,22€ (ou seja 90%) para Dividendos

OUTRAS INFORMAÇÕES

Ao abrigo do Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que à data de 31 de Dezembro de 2017 não existia qualquer dívida para com a Segurança Social.

Para o efeito dos Artigos 289º, 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais, ver o anexo ao presente Relatório.

PERSPETIVAS FUTURAS

Após 6 anos de resultados acima do break-even em termos operacionais, e 5 anos em termos de resultado líquido, a equipa de Administração da Optimize Investment Partners antecipa um desempenho positivo da sua atividade, que deverá permitir constatar resultados em crescimento no exercício 2018 e seguintes.

FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 31 de Dezembro de 2017, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2018

Pela Administração

2 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

					EUR
					31/12/2016
Ativo	Notas	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor líquido 3 = 1 - 2	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		70,31	0,00	70,31	77,06
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	989 533,99	0,00	989 533,99	847 135,28
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros ao justo valor através de result.		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	172 433,50	0,00	172 433,50	155 308,25
Aplicações em instituições de crédito		0,00	0,00	0,00	0,00
Crédito a clientes		0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos com acordo de recompra		0,00	0,00	0,00	0,00
Derivados de cobertura		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	3	144 753,56	107 533,27	37 220,29	76 146,09
Ativos intangíveis	4	71 781,47	69 726,78	2 054,69	891,29
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos	5	300 644,69	0,00	300 644,69	263 268,47
Total de Ativo		1 679 217,52	177 260,05	1 501 957,47	1 342 826,44

					EUR
					31/12/2016
Passivo	Notas	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Recursos de bancos centrais			0,00		0,00
Passivos financeiros detidos para negociação			0,00		0,00
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados			0,00		0,00
Recursos de outras instituições de crédito			0,00		0,00
Recursos de clientes e outros empréstimos			0,00		0,00
Responsabilidades representadas por títulos			0,00		0,00
Passivos financeiros associados a ativos transferidos			0,00		0,00
Derivados de cobertura			0,00		0,00
Passivos não correntes detidos para venda			0,00		0,00
Provisões	6		0,00		2 435,00
Passivos por impostos correntes	7		49 603,49		64 903,35
Passivos por impostos diferidos			0,00		0,00
Instrumentos representativos de capital			0,00		0,00
Outros passivos subordinados			0,00		0,00
Outros passivos	8		422 542,63		389 177,19
Total de Passivo			472 146,12		456 515,54
Capital					
Capital	9		450 771,71		450 771,71
Prémios de emissão			0,00		0,00
Outros instrumentos de capital	9		126 037,29		126 037,29
Acções próprias			0,00		0,00
Reservas de reavaliação	2		856,00		-16 269,25
Outras reservas e resultados transitados			74 457,22		46 533,45
Resultado do exercício			377 689,13		279 237,70
Dividendos antecipados			0,00		0,00
Total de Capital			1 029 811,35		886 310,90
Total de Passivo e Capital			1 501 957,47		1 342 826,44

2.2 Demonstração dos Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

EUR

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Juros e rendimentos similares	10	5 613,69	5 610,31
Juros e encargos similares	10	762,70	1 872,40
Margem financeira		4 850,99	3 737,91
Rendimentos de instrumentos de capital		0,00	0,00
Rendimentos de serviços e comissões	11	1 943 857,87	1 603 087,46
Encargos com serviços e comissões	12	389 134,55	281 798,04
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		0,00	0,00
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda		0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	13	-13,45	-540,33
Resultados de alienação de outros ativos		0,00	0,00
Outros resultados de exploração	14	-26 029,45	9 054,01
Produto bancário		1 533 531,41	1 333 541,01
Custos com pessoal	15	672 516,45	614 330,68
Gastos gerais administrativos	16	331 117,44	315 408,80
Amortizações do exercício	3,4	30 538,62	33 559,69
Provisões líquidas de reposições e anulações	6	-2 435,00	176,00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores		0,00	0,00
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		501 793,90	370 065,84
Impostos			
Correntes		124 104,77	90 828,14
Diferidos		0,00	0,00
Resultado após impostos		377 689,13	279 237,70
Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		0,00	0,00

2.3 Demonstração de Rendimento Integral

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016, EM EUROS

EUR

Rúbricas	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do período	377 689,13	279 237,70
Ganhos/Perdas líquidas em títulos disponíveis para venda	17 125,25	-11 693,85
Imposto Diferido	0,00	0,00
Ganhos/Perdas líquidas em diferenças cambiais	0,00	0,00
Total do rendimento integral do período líquido de impostos	394 814,38	267 543,85

2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 2017 E 2016, EM EUROS

	EUR	
	2017	2016
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Juros recebidos	0,00	0,00
Comissões recebidas	1 944 238,47	1 652 424,34
Pagamento de juros	0,00	0,00
Pagamento de comissões	-95 079,48	-67 627,36
Pagamentos a empregados	-327 563,69	-322 046,01
Pagamentos a fornecedores	-435 594,29	-323 456,05
Pagamentos ao Estado e Seg. Social	-457 583,37	-382 530,36
Outros recebimentos relativos à atividade operacional	185 558,24	108 440,36
Outros pagamentos relativos à atividade operacional	-295 333,61	-194 678,55
Pagamentos e recebimentos de impostos sobre lucros	-139 111,35	-47 232,55
	379 530,92	423 293,82
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Recebimentos respeitando a:		
Venda de ativos financeiros	0,00	0,00
Venda de ativos tangíveis e intangíveis	24 000,00	444,01
Juros e proveitos similares	5 622,50	5 622,50
Dividendos	0,00	0,00
Pagamentos respeitando a:		
Aquisição de ativos financeiros	0,00	0,00
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	-8 477,56	-7 466,22
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Dividendos	-251 313,93	-180 916,89
	-230 168,99	-182 316,60
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Recebimentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Aumentos de capital, prestações e prémios de emissão	0,00	0,00
Subsídios de doações	0,00	0,00
Vendas de acções próprias	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Pagamentos respeitando a:		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Amortizações de contratos de locação financeira	-6 071,95	-11 792,27
Juros e custos similares	-898,02	-1 911,01
Dividendos	0,00	0,00
Reduções de capital e prestações suplementares	0,00	0,00
Aquisições de acções próprias	0,00	0,00
	-6 969,97	-13 703,28
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	142 391,96	227 273,94
Caixa e seus equivalentes no início de período	847 212,34	619 938,40
Caixa e seus equivalentes no fim de período	989 604,30	847 212,34

2.5 Demonstração de Alterações no Capital Próprio

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2017 E 2016, EM EUROS

EUR

	Capital	Prémios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Reservas legais	Reservas de reavaliação	Acções próprias	Resultados transitados	Resultados do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31/12/2015	450 771,71	0,00	126 037,29	26 215,69	-4 575,40	0,00	-8 673,01	209 907,66	799 683,94
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado de 2015				28 990,77				-28 990,77	0,00
Redução de capital social									0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2016					-11 693,85				-11 693,85
Resultado Líquido								279 237,70	279 237,70
Operações com detentores de capital									
Distribuição de Dividendos								-180 916,89	-180 916,89
Saldos em 31/12/2016	450 771,71	0,00	126 037,29	55 206,46	-16 269,25	0,00	-8 673,01	279 237,70	886 310,90
Alterações no exercício									
Aplicação do resultado de 2016				27 923,77				-27 923,77	0,00
Redução de capital social									0,00
Efeito de valorização de títulos detidos 2017					17 125,25				17 125,25
Resultado Líquido								377 689,13	377 689,13
Operações com detentores de capital									
Distribuição de Dividendos								-251 313,93	-251 313,93
Saldos em 31/12/2017	450 771,71	0,00	126 037,29	83 130,23	856,00	0,00	-8 673,01	377 689,13	1 029 811,35

| 3 ANEXOS

3.1 Anexo ao Relatório de Gestão

RELAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conforme o estipulado no Art. 289º do Código das Sociedades Comerciais:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	António Carlos Ahrens Teixeira Esteves
Secretário	Tiago da Silva Delfim de Matos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	José António Santos Teixeira
Administradores	Diogo Pereira Santos Teixeira Claire Teixeira Hubert Rodarie Tiago da Silva Delfim de Matos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Revisor Oficial de Conta	BDO & Associados - SROC, Lda. representada por Pedro Manuel Aleixo Dias
Suplente do Revisor Oficial de Conta	Gonçalo Raposo da Cruz, ROC

CONSELHO FISCAL

Presidente	João António Martins de Sousa e Moura
Vogais	Nuno Miguel Ribeiro António Luís Pedro dos Santos Caeiro
Suplente	Carlos Alberto Domingues Ferraz

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Nos termos do Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, não existem membros dos Órgãos de Administração e fiscalização com participações no capital social da sociedade.

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS NO CAPITAL DA SOCIEDADE

Em 31 de Dezembro de 2017, nos termos do Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, a estrutura acionista da sociedade é a seguinte:

Acionista	Ações	% do Capital
Optimize Investimento, SGPS, SA	153.847	100%
	153.847	100%

INFORMAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Conforme aviso 10/2011 do Banco de Portugal, informamos que:

1. Na definição da política de remuneração foi utilizado um processo em duas fases, a primeira consistindo na formulação de uma proposta por parte do Conselho de Administração e a segunda consistindo na sua validação pela Assembleia Geral. Tendo em conta a dimensão da instituição, não foram utilizados consultores externos.
2. A componente variável da remuneração é composta dos seguintes elementos:
 - Colaboradores: sem remuneração variável
 - Administradores não executivos: sem remuneração variável
 - Administradores executivos: sem remuneração variável
 - O Presidente do Conselho de Administração não aufer.

Informamos ainda que:

1. Os órgãos competentes para realizar a avaliação do desempenho individual são:
 - Para os Colaboradores: os administradores executivos
 - Para os Administradores: a Assembleia Geral
2. Não existe avaliação de desempenho individual em que se baseie o direito a uma componente variável da remuneração.

3.2 Anexo às Demonstrações Financeiras

(Valores expressos em euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Optimize Investment Partners, SGFIM, SA foi constituída em 29 de Abril de 2008, e autorizada em 3 de Setembro pela CMVM para as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário, de gestão discricionária de carteiras, e comercialização de unidades de participação de organismos de investimento coletivo geridos por outrem, com o número de registo 327.

BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o Aviso n.º 05/2015 do BdP, a partir de 1 de janeiro de 2016, as entidades sujeitas à supervisão do BdP devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual e as demonstrações financeiras em base consolidada, quando aplicável, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

O regime transitório, que é aplicável à OPTIMIZE SGFIM, definia que as suas demonstrações financeiras de 2016, em base individual, são preparadas de acordo com as normas de contabilidade que lhes eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2015, nos termos em que vigoravam nessa data.

Assim, a Sociedade Gestora concretizou a efetiva alteração do normativo contabilístico para as Normas Internacionais de Contabilidade, a partir de 1 de janeiro de 2017.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2017 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

A introdução em termos de normativo contabilístico das Normas Internacionais de Contabilidade não implicaram alterações de políticas contabilísticas.

NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2016

Políticas contabilísticas mais significativas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

A) COMISSÃO DE GESTÃO

A comissão de gestão, corresponde à remuneração da sociedade pela gestão do património dos fundos. Esta comissão é calculada diariamente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos prospetos, sobre o património líquido dos fundos, sendo registado na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

B) COMISSÃO DE GESTÃO PRIVADA

A comissão de Gestão Privada, corresponde à remuneração da sociedade pela sua atividade de gestão individualizada de carteiras. Esta comissão é calculada diariamente sobre o valor de cada carteira, por aplicação de uma taxa definida nas respetivas condições particulares de cada contrato de gestão e registado na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados.

C) ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis utilizados pela sociedade para o desenvolvimento da sua atividade encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas estabelecidas para fins fiscais, as quais se consideram traduzir a vida útil esperada dos bens.

D) ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se refletidos contabilisticamente ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas numa base mensal sistemática segundo o método das quotas constantes, ao longo da vida útil estimada dos ativos, que atualmente é de 3 anos.

E) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

F) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A sociedade está sujeita ao regime geral de tributação previsto no Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não aceites fiscalmente bem como devido a tributações autónomas existentes no quadro legal.

G) IMPOSTOS DIFERIDOS

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os ativos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

H) ACONTECIMENTOS SUPERVENIENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras da sociedade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do mesmo, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 1 - DISPONIBILIDADES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Depósitos à Ordem	989 533,99	847 135,28
Banco LJ Carregosa	51 217,22	50 217,58
Banco Invest	9 817,81	18 355,16
Banque de Luxembourg	519 209,31	569 558,15
Banco BPI	409 289,65	209 004,39

NOTA 2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	Saldo a 31.12.2016	Ativos adquiridos	Ativos alienados	Registo em reservas decorrentes da valorização	Resultados de vendas	Justo valor a 31.12.2017
OT PGB 4.45% 15/06/18	31 943,25	0,00	0,00	-1 310,25	0,00	30 633,00
OT PGB 5.65% 15/02/24	28 675,00	0,00	0,00	3 182,50	0,00	31 857,50
OT PGB 2.875% 10/15/25	94 690,00	0,00	0,00	15 253,00	0,00	109 943,00
	155 308,25	0,00	0,00	17 125,25	0,00	172 433,50

O título OT PGB 4.45% 15/06/18 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 4.45% e vencimento em 15 de Junho de 2018.

O título OT PGB 5.65% 15/02/24 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 5.65% e vencimento em 15 de Fevereiro de 2024.

O título OT PGB 2.875% 10/15/25 é uma obrigação do Tesouro Português com juro fixo de 2.875% e vencimento em 15 de Outubro de 2025.

NOTA 3 - OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os outros ativos tangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo tangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Mobiliário e material	46 227,59	0,00	792,96	0,00	0,00	47 020,55
Outras máquinas administrativas	1 494,88	0,00	0,00	0,00	0,00	1 494,88
Equipamento informático	57 297,02	0,00	7 978,65	0,00	0,00	65 275,67
Instalações interiores	7 982,19	0,00	1 934,96	0,00	0,00	9 917,15
Veículos em locação financeira	64 621,43	0,00	0,00	-64 621,43	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	21 045,31	0,00	0,00	0,00	0,00	21 045,31
Total Bruto	198 668,42	0,00	10 706,57	-64 621,43	0,00	144 753,56
Mobiliário e material	39 377,71	0,00	1 400,28	0,00	0,00	40 777,99
Outras máquinas administrativas	335,81	0,00	186,84	0,00	0,00	522,65
Equipamento informático	41 280,17	0,00	10 806,45	0,00	0,00	52 086,62
Instalações interiores	4 484,77	0,00	951,17	0,00	0,00	5 435,94
Veículos em locação financeira	30 964,44	0,00	13 462,80	-44 427,24	0,00	0,00
Outros ativos tangíveis	6 079,43	0,00	2 630,64	0,00	0,00	8 710,07
Total amortizações	122 522,33	0,00	29 438,18	-44 427,24	0,00	107 533,27
Total Líquido	76 146,09	0,00	-18 731,61	-20 194,19	0,00	37 220,29

NOTA 4 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis da sociedade são representados pelas seguintes rubricas:

Ativo intangível	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamentos	Aumentos	Alienação	Transferências e Abates	Saldo Final
Software	69 517,63	0,00	2 263,84	0,00	0,00	71 781,47
Total Bruto	69 517,63	0,00	2 263,84	0,00	0,00	71 781,47
Software	68 626,34	0,00	1 100,44	0,00	0,00	69 726,78
Total amortizações	68 626,34	0,00	1 100,44	0,00	0,00	69 726,78
Total Líquido	891,29	0,00	1 163,40	0,00	0,00	2 054,69

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências e Abates	Amortizações	Valor Líquido	Taxa Amortização
Software	69 517,63	2 263,84	-	69 726,78	2 054,69	33,33%

NOTA 5 - OUTROS ATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros ativos	300 644,69	263 268,47
Setor público administrativo	16 808,01	3 923,64
IRC - PEC	0,00	0,00
IRC - Ret. Fonte - juros bancários	0,00	0,00
DGCI	0,00	0,00
Retenções IRS clientes	16 808,01	3 923,64
Devedores diversos	36 800,57	53 498,18
Banque de Luxembourg	4 800,00	4 400,00
Hercesa - Caução renda escritório	0,00	7 744,00
SONAGI - Caução renda escritório	7 744,00	0,00
CTT conta corrente	253,53	398,13
Banco Invest	18 293,70	26 061,01
MFEX Mutual Funds Exchange AB	1 931,00	13 742,00
Real Vida Pensões-Soc. G. Fundos Pensões, SA	224,04	0,00
Banif Pensões-Soc. G. Fundos Pensões, S.A.	0,00	202,65
Fundos de Compensação do Trabalho	1 417,94	681,29
Optimize - Mediação de Seguros	1 841,31	0,00
Optimize Investimento SGPS	25,00	0,00
Via Verde Portugal, S.A.	16,45	0,00
<i>Outros devedores</i>	<i>253,60</i>	<i>269,10</i>
Devedores diversos - Fundos	137 380,05	101 281,85
Optimize Capital Reforma Equilibrado PPR	29 283,58	23 913,89
Optimize Capital Reforma Acções PPR	32 674,45	22 668,69
Optimize Capital Reforma Moderado PPR	7 688,41	6 207,41
Optimize Investimento Activo	19 528,38	15 969,59
Optimize Europa Valor	18 136,23	14 500,32
Optimize Capital Pensões Acções	2 041,50	1 696,02
Optimize Capital Pensões Equilibrado	1 910,00	1 855,87
Optimize Capital Pensões Moderado	1 649,52	1 514,32
Optimize Europa Obrigações	11 493,45	12 654,79
Optimize Selecção Base	8 360,91	171,50
Optimize Selecção Agressiva	3 614,46	-26,81
Optimize Selecção Defensiva	999,16	156,26
Clientes Gestão Privada	55 711,28	57 028,47
Comissão Fixa	55 217,81	55 340,73
Comissão de Entrega	0,00	0,00
Comissão de Performance	493,47	1 687,74
Clientes Fundos	2 148,98	1 252,23
Comissão de Entrega	2 148,98	1 252,23
Despesas com Encargos Diferidos	49 748,38	44 227,87
Seguros	19 453,21	13 455,15
Rendas de Locação Operacional	223,90	222,18
Outras Rendas	3 197,85	3 197,85
Outras	26 873,42	27 352,69
Rendimentos a receber	2 047,42	2 056,23
Outras Contas de Regularização - IVA	0,00	0,00

NOTA 6 - PROVISÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

Provisões	
Provisões para risco geral de crédito	
Saldo 31.12.2016	2 435,00
Aumento	73,00
Reposições e anulações	2 508,00
Saldo 31.12.2017	-

As provisões para risco geral de crédito, são constituídas ao abrigo do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, que foi alterado pelos Avisos 2/99, 3/99, 7/2000, 4/2002, 8/2003, 9/2003 e 3/2005. O Aviso mencionado foi revogado pelo Aviso do BdP n.º 05/2015, que define que a Sociedade Gestora deverá proceder à avaliação das imparidades nos termos da IAS 39.

NOTA 7 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Passivos por impostos correntes	49 603,49	64 903,35
Estimativa IRC - Imposto a Pagar	49 603,49	64 903,35

NOTA 8 - OUTROS PASSIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Outros passivos	422 542,63	389 177,19
Credores - Setor público administrativo	39 677,54	28 731,02
Retenção de impostos na fonte	27 152,60	16 070,93
Contribuições para a segurança social	12 524,94	12 660,09
Credores por fornecimento de bens	24 918,41	78 573,72
Outros Credores	291 275,03	218 152,98
Angariadores	8 134,77	37 031,61
Empresas do grupo	0,00	0,00
Despesas colaboradores	78,00	230,11
Clientes - Ofertas e Promoções	281 128,44	180 010,48
Outros Credores	1 933,82	880,78
Encargos a pagar	62 395,66	54 746,11
Remunerações de empregados	35 770,54	27 257,34
Encargos sociais	7 806,76	5 846,62
Outros encargos a pagar	18 818,36	21 642,15
Outras Contas de Regularização - IVA	4 275,99	8 973,36

O saldo de 281 128,44€ de Clientes - Ofertas e Promoções, correspondente a promoções a pagar no início de cada ano aos clientes, foi liquidado em Janeiro de 2017.

NOTA 9 - CAPITAL

O capital social é constituído por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada, perfazendo assim um capital de 450.771,71 euros totalmente realizado em dinheiro.

O valor de 126,037.29 euros de Outros Instrumentos de Capital corresponde ao montante de prestações suplementares constituído durante o processo de redução de capital ocorrido em 2012. O reembolso destas prestações suplementares está sujeito à autorização prévia por parte do Banco de Portugal.

NOTA 10 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Juros e rendimentos similares e juros e encargos similares	4 850,99	3 737,91
Juros e rendimentos similares	5 613,69	5 610,31
Juros de disponibilidades em Instituições Financeiras	0,00	0,00
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	5 613,69	5 610,31
Outros juros e encargos similares	762,70	1 872,40

NOTA 11 - RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos de serviços e comissões	1 943 857,87	1 603 087,46
Comissão de gestão de fundos de investimento	1 636 705,76	1 288 010,41
Comissões de gestão de discricionária	307 152,11	315 077,05
Comissão Fixa	259 300,01	255 556,26
Comissão Performance	697,32	1 388,59
Comissão de Entrega	47 154,78	58 132,20
Rebates fundos em carteiras de gestão discricionária	0,00	0,00

NOTA 12 - ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Encargos com serviços e comissões	389 134,55	281 798,04
Comissões por depósito e guarda de valores	0,00	0,00
Honorários angariadores	63 946,16	61 330,32
Ofertas e promoções a clientes	325 188,39	220 467,72
Por serviços bancários prestados	0,00	0,00

O valor de 63 946,16€ de honorários de angariadores corresponde à remuneração paga pela Optimize em retrocessões de comissões de comercialização e retrocessões de comissões de gestão das carteiras de clientes angariados pela rede de agentes vinculados.

As ofertas e comissões a clientes correspondem a bónus na subscrição oferecidos pela Optimize Investment Partners no âmbito de protocolos e de campanhas promocionais, bem como a prémios de fidelização, também proporcionados no âmbito de protocolos.

NOTA 13 - RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Resultados em operações financeiras	-13,45	-540,33
Resultados de reavaliação cambial	-13,45	-540,33
Ganhos em diferenças cambiais	122,44	23,60
Perdas em diferenças cambiais	135,89	563,93
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00
Ganhos em ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0,00	0,00

NOTA 14 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Essa rubrica tem a seguinte composição

	2017	2016
Outros resultados de exploração	-26 029,45	9 054,01
Outros encargos e gastos operacionais	-32 935,47	-35 089,92
Taxa mensal CMVM	-13 483,75	-9 492,89
Sistema de Indemnização aos Investidores	-3 000,00	-1 500,00
Outros	-4 240,41	-4 300,92
Renda de locação operacional	-2 685,08	-2 663,15
Regularização anual pro-rata	-985,14	-1 637,77
Ofertas e promoções a clientes	0,00	0,00
Comissão Autoridade da Concorrência	-570,19	0,00
Quotizações e donativos	-11 740,00	-12 991,88
Outros	-471,31	-6 804,23
Outras comissões pagas por serviços bancários	-5 988,83	-3 036,83
Outros rendimentos e receitas operacionais	12 894,85	47 180,76
Reembolso de despesas	0,00	0,00
Fees de tratamento de dossier	0,00	0,00
Rebates fundos em carteira gestão privada	9 089,01	47 116,07
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	57,16
Ganhos ativos tangíveis - Locação financeira	3 805,81	0,00
Outros	0,03	7,53

NOTA 15 - CUSTOS COM PESSOAL

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Custos com pessoal	672 516,45	614 330,68
Remuneração com os órgãos de gestão e fiscalização	200 483,62	212 283,78
Remuneração de empregados	353 691,28	296 413,78
Encargos sociais obrigatórios	116 916,39	105 633,12
Outros custos com pessoal	1 425,16	0,00

NOTA 16 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Essa rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Gastos Gerais Administrativos	331 117,44	315 408,80
Gastos gerais com fornecimentos	23 644,38	23 482,12
Água, energia e combustíveis	5 337,83	5 117,77
Material de consumo corrente	12 849,86	10 937,17
Outros fornecimentos de terceiros	5 456,69	7 427,18
Gastos gerais com Serviços	307 473,06	291 926,68
Rendas e alugueres	38 374,20	38 374,20
Comunicações	25 421,74	25 926,11
Deslocações estadas e representação	30 922,19	37 646,58
Publicidade	46 803,23	50 323,86
Conservação e reparação	8 704,62	7 791,18
Formação de pessoal	5 334,56	7 639,23
Seguros	11 482,39	9 438,22
Serviços especializados	140 015,68	112 592,11
Outras Avenças	5 257,69	11 999,28
Judiciais, contencioso, notariado e outros honorários	700,17	163,41
Informática	45 396,75	38 512,28
Segurança e vigilância	647,64	160,68
Informações	48 486,03	43 547,11
Auditoria	9 582,40	14 643,55
Serviços Consultoria e Apoio	29 945,00	3 565,80
Outros serviços	414,45	2 195,19

Os honorários faturados durante o exercício pela sociedade de revisores oficiais de contas foram de 8 000,00 € acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

NOTA 17 - VALORES EXTRAPATRIMONIAIS

	2017	2016
Valores extra-patrimoniais	248 451 737,24	207 808 781,20
Compromissos perante terceiros	116 404,62	111 619,95
Sistema de Indemnização aos Investidores	116 404,62	111 619,95
Valores administrados pela instituição	248 335 332,62	207 697 161,25
Gestão de Carteiras	129 565 917,20	111 814 365,20
Fundos de Investimento geridos	118 769 415,42	95 882 796,05

Salienta-se que o valor dos ativos administrados pela Instituição em Gestão de Carteiras inclui os valores detidos em unidades de participação de fundos geridos pela Optimize Investment Partners através de uma conta de gestão por conta de outrem.

Nos reportes da Instituição relativos aos ativos sob gestão, apresentados nomeadamente no Relatório de Gestão do presente documento, esses valores são ignorados, porque neutros em termos de ativos realmente geridos.

NOTA 18 - SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

EUR

Entidade Relacionada	Optimize Mediação de Seguros	Optimize Investimento SGPS
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2011	1 530,00	-2 757,73
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2012	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2013	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2014	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2015	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2016	0,00	0,00
Saldo Final a 31 de Dezembro de 2017	-6 254,01	25,00

O saldo final a 31 de Dezembro de 2017 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Mediação de Seguros corresponde a comissões de distribuição pelo valor de 8 925,32€, faturação de salários pelo valor de 200,00€ (referente ao mês de Dezembro, os meses anteriores já tenham sido liquidados) e faturação de despesas ligadas ao veículo da Optimize Mediação de Seguros pelo valor de 1 641,31€.

O saldo final a 31 de Dezembro de 2017 entre a Optimize Investment Partners e a Optimize Investimento SGPS corresponde ao custo de uma consulta de certidão permanente realizada pela Optimize Investment Partners faturada à Optimize Investimento SGPS, pelo valor de 25,00€.

NOTA 19 - RECONCILIAÇÃO DE TAXAS DE IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A taxa efetiva de 24.7% em 2017, reflete a aplicação do IRC, Derrama e Tributação autónoma.

EUR

	2017	2016 Reexpresso
Resultado antes de Imposto	501 500,62	369 684,51
Variações patrimoniais não refletidas no resultado líquido	856,00	-16 269,25
Despesas não dedutíveis	21 363,57	21 204,89
Despesas a deduzir	-7 933,80	-2 660,16
Resultado tributável	515 786,39	371 959,99
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00	0,00
Matéria coletável total	515 786,39	371 959,99
Outros impostos incidentes sobre lucros	108 315,14	78 111,60
Derrama	7 736,80	5 579,40
Tributação Autónoma	7 759,55	7 693,35
Carga fiscal total	123 811,49	91 384,35
Taxa Efetiva	24,7%	24,7%

Considerou-se ainda as seguintes despesas não dedutíveis:

Despesas não dedutíveis	2017	2016
Prémios de seguros e contribuições	3 331,48	1 585,70
Provisões não dedutíveis	0,00	0,00
Multas, coimas, juros compens. e demais enc. pel	55,00	112,77
Despesas não documentadas	115,54	0,00
Desp. desloc. viatura própria	4 280,42	7 726,32
Correcções relativas a exercícios anteriores	298,91	2 195,19
Depreciações e amortizações não aceites como ç	9 492,63	9 079,91
Mais valia sem intenção de reinvestimento	3 159,59	0,00
Outros	630,00	505,00
	21 363,57	21 204,89

Despesas a deduzir	2017	2016
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	57,16
Reversão de provisões	0,00	213,00
Mais valias contabilísticas	3 805,80	0,00
Outros	4 128,00	2 390,00
	7 933,80	2 660,16

NOTA 20 - RISCOS DA SOCIEDADE

Risco de crédito:

	2017	2016
Risco de crédito	1 238 382,88	1 064 119,65
Disponibilidades em outras instituições de crédito	989 533,99	847 135,28
Estado e outras entidades publicas	16 808,01	3 923,64
Fundos de investimento	137 380,05	101 281,85
Clientes	57 860,26	58 280,70
Outros devedores	36 800,57	53 498,18

Ativos financeiros disponíveis para venda:

	2017	2016
Ativos financeiros disponíveis para venda		
OT PGB 4.45% 15/06/18	30 633,00	31 943,25
OT PGB 5.65% 15/02/24	31 857,50	28 675,00
OT PGB 2.875% 10/15/25	109 943,00	94 690,00

Não existe risco cambial para a sociedade em 31 de Dezembro de 2017, dado a sociedade não ter saldos em divisas. Os ganhos e perdas cambiais do exercício são apenas inerentes às diferenças de câmbios no pagamento de faturas em divisas (Bloomberg, USD).

Não é considerada a existência de um risco de liquidez e de um risco operacional para a sociedade em 31 de Dezembro de 2017.

VOLUME DE EMPREGO

O número médio de pessoas ao serviço desta empresa neste exercício foi de 12.

FORMA COMO SE REALIZOU O CAPITAL SOCIAL

O capital social inicial de 450.771,71 Euros foi realizado em dinheiro.

NÚMERO DE AÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

O capital social da empresa no valor de 450.771,71 Euros está representado por 153.847 ações ordinárias nominativas com valor nominal de 2,93 Euros cada.

PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLETIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

A sociedade Optimize Investimento, SGPS, SA, contribuinte 508.059.534, com sede em Lisboa, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº21 4º, detém 153.847 ações do capital da Optimize Investment Partners, SGFIM, SA, o que corresponde uma participação de 100%.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2017

Reconhecimento de Ativos por Impostos Diferidos para Perdas não Realizadas – Alterações à IAS 12 (Regulamento 2017/1989, de 6 de novembro de 2017)

Esta alteração vem clarificar como contabilizar ativos por impostos diferidos relacionados com instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

Iniciativa de Divulgação – Alterações à IAS 7

Esta alteração exige que as entidades divulguem informação acerca das alterações nos seus passivos de financiamento de forma a que os investidores possam compreender melhor as alterações ocorridas na dívida da entidade.

NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR EM EXERCÍCIOS COM INÍCIO EM OU APÓS 01 DE JANEIRO DE 2018

IFRS 15: Rédito de Contratos com Clientes (Regulamento n.º 2016/1905, de 22 de setembro de 2016)

Esta nova norma aplica-se a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 9: Instrumentos Financeiros (Regulamento n.º 2016/2067, de 22 de novembro de 2016)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A adoção desta norma acarreta, igualmente e em conformidade: (i) alterações das normas (IAS/IFRS) e interpretações (IFRIC/SIC): IAS 1, IAS 2, IAS 8, IAS 10, IAS 12, IAS 20, IAS 21, IAS 23, IAS 28, IAS 32, IAS 33, IAS 36, IAS 37, IAS 39, IFRS 1, IFRS 2, IFRS 3, IFRS 4 Contratos de Seguro, IFRS 5, IFRS 7, IFRS 13, IFRIC 2, IFRIC 5, IFRIC 10, IFRIC 12, IFRIC 16, IFRIC 19, SIC 27; e (ii) revogação da IFRIC 9 Reavaliação de Derivados Embutidos. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IFRS 16: Locações (Regulamento 2017/1986, de 31 de outubro de 2017)

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação de locações. O objetivo da norma é garantir que os locatários e os locadores fornecem informações pertinentes de uma forma que represente fielmente essas transações, revogando IAS 17 - Locações, assim como um conjunto de interpretações (SIC e IFRIC), nomeadamente: IFRIC 4 – Determinar se um Acordo Contém uma Locação; SIC 15 – Locações Operacionais – Incentivos; e SIC 27 – Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. Esta norma será aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.

Rédito de Contratos com clientes – Clarificações à IFRS 15 (Regulamento 2017/1987, de 31 de outubro de 2017)

Estas alterações à IFRS 15 vieram clarificar alguns requisitos e proporcionar uma maior facilidade na transição para as Entidades que estão a implementar esta Norma. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

Aplicar a IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros – Alterações à IFRS 4 (Regulamento 2017/1988, de 3 de novembro de 2017)

Estas alterações à IFRS 4 dão resposta às preocupações sobre a implementação da nova norma sobre instrumentos financeiros (IFRS 9) antes da implementação da norma sobre contratos de seguros que substituirá a IFRS 4 e que ainda está em desenvolvimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

NORMAS (NOVAS OU REVISTAS) EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD” (IASB) E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS PELO “INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING INTERPRETATION COMMITTEE” (IFRIC) E AINDA NÃO ENDOSSADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e a sua Associada ou Empreendimento Conjunto - Alterações à IFRS 10 e à IAS 28

Esta alteração vem clarificar o tratamento contabilístico para transações quando uma empresa-mãe perde o controlo numa subsidiária ao vender toda ou parte do seu interesse nessa subsidiária a uma associada ou empreendimento conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. Ainda não foi definida a data de aplicação

destas alterações e o processo de endosso pela União Europeia apenas será iniciado após confirmação da data de aplicação das alterações pelo IASB.

Classificação e Mensuração de transações de pagamentos com base em ações – Alterações à IFRS 2

Estas alterações à IFRS 2 estão relacionadas com aspetos de classificação e de mensuração para um conjunto de aspetos em que as orientações existentes na Norma não eram muito claras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta alteração ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

MELHORAMENTOS ANUAIS: CICLO 2014-2016

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 12 Divulgações de Interesses noutras entidades
- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das IFRS
- IAS 28 Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

Adoção da IFRIC 22: Foreign Currency Transactions and Advance Considerations

A IFRIC 22 estabelece a taxa de câmbio a ser usada em transações que envolvem uma consideração paga ou recebida em adiantado em moeda estrangeira. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Transferências de Propriedades de Investimento – Alterações à IAS 40

As alterações à IAS 40 Propriedades de Investimento vêm clarificar os requisitos relacionados com as transferências, de e para, Propriedades de Investimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 14: Contabilização de Diferimentos Regulatórios

Esta norma permite aos adotantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adotam as IFRS e não reconhecem ativos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016, tendo a Comissão Europeia decidido não iniciar o processo de endosso desta norma transitória e aguardar pela norma definitiva a emitir pelo IASB.

Adoção da IFRIC 23: Uncertainty over Income Tax Treatments

Esta interpretação clarifica como devem ser aplicados os requisitos de reconhecimento e de mensuração da IAS 12 quando existem incertezas na contabilização dos impostos sobre o rendimento. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova interpretação ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

IFRS 17: Contratos de Seguros

A IFRS 17 resolve o problema de comparação criado pela IFRS 4 exigindo que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando assim quer os investidores quer as empresas de seguros. As obrigações de seguros passam a ser contabilizadas usando valores correntes em vez do custo histórico. A informação passa a ser atualizada regularmente, providenciando mais informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IFRS 9: Características de pagamentos antecipados com contribuição negativa

Esta alteração à IFRS 9 passa a permitir que determinados os instrumentos se possam qualificar para mensuração pelo custo amortizado ou pelo valor justo através do outro rendimento integral (dependendo do modelo de negócio) ainda que não satisfaçam as condições do teste SPPI. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

Alterações à IAS 28: Interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos

Esta alteração vem clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 aos interesses de longo prazo em associadas e empreendimentos conjuntos em que o método da equivalência patrimonial não é aplicado. Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando esta nova norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

MELHORAMENTOS ANUAIS: CICLO 2015-2017

Os melhoramentos incluem pequenas emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

- IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais e IFRS 11 Acordos conjuntos
- IAS 12 Impostos sobre o rendimento
- IAS 23 Custos de empréstimos obtidos

Estas emendas serão aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, estando ainda sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia.

O Contabilista Certificado

A Administração

4 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA** (adiante também designada por OPTIMIZE SGFIM ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1 501 957 euros e um total de Capital próprio de 1 029 811 euros, incluindo um resultado líquido de 377 689 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo

interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam

- adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2018



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da *OPTIMIZE INVESTMENT PARTNERS - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.*, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
2. Desde início de funções (um de junho do ano de dois mil e dezassete), o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
5. **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:



- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2017, tal como foram apresentados pela Administração;
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 8 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL

A handwritten signature in blue ink, reading 'João António Martins de Sousa e Moura'.

JOÃO ANTÓNIO MARTINS DE SOUSA E MOURA - PRESIDENTE

A handwritten signature in blue ink, reading 'Nuno Miguel Ribeiro António'.

NUNO MIGUEL RIBEIRO ANTÓNIO - VOGAL

A handwritten signature in blue ink, reading 'Luís Pedro dos Santos Caeiro'.

LUÍS PEDRO DOS SANTOS CAEIRO - VOGAL